

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.786 - SP
(2019/0004899-7)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **PINHEIRO & CONSTANTINO - SOCIEDADE DE**
ADVOGADOS
ADVOGADOS : **CARLOS HENRIQUE AFFONSO PINHEIRO - SP170328**
ALEXANDRE MONTE CONSTANTINO E OUTRO(S) -
SP183798
AGRAVADO : **ALICE SMODIC**
ADVOGADOS : **TEODORO DE FILIPPO - SP096477**
MÁRIO CÉSAR ROMAGNOLI PIRES E OUTRO(S) - SP171736
ROGÉRIO CARDOSO DE OLIVEIRA - SP230258

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. É indispensável o reexame do conjunto fático-probatório para averiguar a mudança da situação financeira de beneficiário da justiça gratuita, com o objetivo de autorizar a execução de honorários sucumbenciais fixados no título judicial, aplicando-se ao caso o óbice previsto na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator